Hinove
Agrociência S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

KPDS 1904678

Conteúdo

Relatório da Administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **20**

Balanços patrimoniais **23**

Demonstrações dos resultados **24**

Demonstrações dos resultados abrangentes **25**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **26**

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto **27**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **28**

HINOVE®
FERTILIZANTES ESPECIAIS

TRIPLA CERTIFICAÇÃO ISO

CERTIFICADA ISO 9001 – SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO – SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

CERTIFICADA ISO 14001 – SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO – SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

CERTIFICADA ISO 45001 – SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO – SISTEMA DE SAÚDE E SEGURANÇA

Cultivar a inovação para ajudar o agro a prosperar.

Demonstrações Financeiras
2025

Araraquara, 31 de março de 2026.

A **HINOVE Agrociência S.A.**, empresa brasileira de fertilizantes especiais, cujo propósito é cultivar a inovação para ajudar o agro a prosperar, apresenta seu Relatório da Administração referente às atividades do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhado das respectivas Demonstrações Financeiras.

Sobre a HINOVE

Fundada em 2011, a HINOVE Agrociência S.A. atua no desenvolvimento, produção e fornecimento de fertilizantes especiais sólidos e líquidos para a agricultura brasileira, com foco em inovação, tecnologia aplicada ao solo tropical e aumento da produtividade no campo. Com unidades industriais estrategicamente localizadas nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, a Companhia investe continuamente em pesquisa, desenvolvimento e estrutura própria de granulação, operando com responsabilidade socioambiental e compromisso com a sustentabilidade e a segurança alimentar.

DESTAQUES FINANCEIROS 2025

RECEITA BRUTA
R$ 1,133 Bi
+ 34,1% vs. 2024

VOLUME ENTREGUE (em toneladas)
R$ 486,8 mil
+ 15,7% vs. 2024

LUCRO BRUTO
R$ 249,1 Mi
+ 41,2% vs. 2024

MARGEM BRUTA
23,1%
+ 1,4 p.p. vs. 2024

EBITDA
R$ 127,8 Mi
+ 75,9% vs. 2024

LUCRO LÍQUIDO
R$ 5,2 Mi
+ 246,0% vs. 2024

ALAVANCAGEM
2,9x
(Dívida Líquida/EBITDA)
↓ vs. 4,2x em 2024

INADIMPLÊNCIA
ZERO
Acima de 90 dias

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, a HINOVE alcançou uma receita operacional bruta de R$ 1,13 bilhão, consolidando um marco significativo em termos de escala e maturidade operacional. Esse resultado representa um crescimento de cerca de 34% em relação a 2024 (R$ 845 milhões). O avanço no período foi impulsionado principalmente por um aumento de 33% no volume de vendas, evidenciando ganhos relevantes de participação de mercado e demonstrando que a melhora de performance decorreu da expansão da demanda, e não de ações de preço.

Entre 2019 e 2025, a receita da companhia evoluiu de R$ 231 milhões para aproximadamente R$ 1,13 bilhão, refletindo um CAGR de cerca de 30%. Esse ritmo consistente foi sustentado majoritariamente pela base atual de clientes, com recorrência média de recompra em torno de 75% ao longo do período.

Do ponto de vista de estrutura de capital, a alavancagem financeira (Dívida Líquida/EBITDA) apresentou melhora expressiva — de aproximadamente 7,0x em janeiro de 2024 para 2,9x ao final de 2025. Essa desalavancagem reflete tanto o fortalecimento operacional quanto uma posição financeira mais resiliente. A companhia encerrou 2025 com uma provisão para devedores duvidosos (PDD) imaterial, reforçando a alta qualidade de sua carteira de clientes e práticas disciplinadas de crédito e cobrança.

A unidade industrial de Guará consolidou-se como o principal hub produtivo da HINOVE em 2025, tornando-se o polo de maior volume do grupo. A elevação da maturidade operacional do complexo contribuiu para ganhos de capacidade, eficiência e qualidade. No período, a empresa investiu aproximadamente R$ 21,5 milhões em CAPEX, com foco em modernização de equipamentos das linhas de granulação para aprimorar produtividade e estabilidade operacional. Parte relevante desses investimentos foi destinada à planta de Registro — onde está localizado o segundo granulador da empresa — impulsionando ganhos adicionais de capacidade industrial. A companhia também investiu cerca de R$ 2,5 milhões na produção de fertilizantes hidrossolúveis, além de expandir seu quadro de colaboradores para aproximadamente 400 funcionários, em linha com seu crescimento operacional.

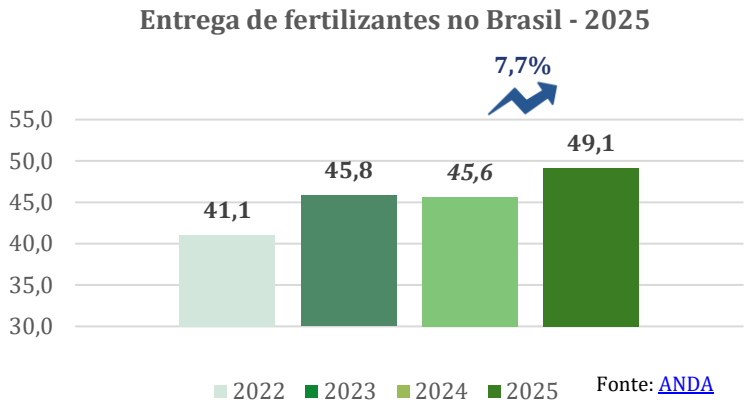
Em 2025, a HINOVE concluiu uma Análise Comparativa de Pegada de Carbono do fertilizante HiPhós 25 frente ao MAP. O estudo seguiu metodologias internacionalmente reconhecidas (IPCC, ISO 14067 e GHG Protocol), abrangendo os escopos 1, 2 e 3. Os resultados demonstraram que o HiPhós 25 possui uma pegada de carbono 65% menor, considerando produção, transporte e aplicação, evidenciando as vantagens ambientais do modelo de produção de fosfato sem resíduos desenvolvido pela companhia. Essa iniciativa representa um avanço importante para um posicionamento ESG baseado em dados, estabelecendo uma contribuição mensurável para os esforços de descarbonização do agronegócio.

Para 2026, a HINOVE projeta manter seu ritmo de expansão, com orçamento de receita operacional bruta de aproximadamente R$ 1,4 bilhão. Entre as prioridades estratégicas estão o fortalecimento de linhas-chave — especialmente fosfatados, NPK líquidos (HiFluid) e fertilizantes totalmente solúveis — além da ampliação da presença em segmentos agrícolas de maior valor agregado, como citros, florestas e cereais. Ganhos adicionais de escala e eficiência operacional permanecem no centro da estratégia prospectiva da companhia.

Renato Benatti
CEO da HINOVE

MERCADO DE FERTILIZANTES NO BRASIL

As entregas de fertilizantes ao mercado brasileiro totalizaram **49,1 milhões** de toneladas em 2025, representando crescimento de 7,7% em relação a 2024, segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).



Fonte: ANDA

No mesmo período, a produção nacional de fertilizantes intermediários e complexos NP atingiu 7,2 milhões de toneladas, avanço de 2,5% frente a 2024.

As importações de fertilizantes intermediários e complexos NPK somaram 43,3 milhões de toneladas em 2025, crescimento de 4,8% na comparação anual, evidenciando a continuidade da forte dependência externa para suprimento do mercado brasileiro.

Esse cenário confirma a retomada do crescimento do mercado em 2025, após estabilidade observada no exercício anterior, em um ambiente ainda marcado por oscilações de preços internacionais, sazonalidade de demanda e maior competição em linhas de menor diferenciação.

A HINOVE se beneficia dessa dinâmica por manter estratégia de suprimento menos dependente das fontes tradicionais de NPK commodity. Seus principais insumos fosfatados são adquiridos majoritariamente no mercado nacional, em especial por meio de rocha fosfática e ácido fosfórico. No segmento de nitrogenados e potássicos, a Companhia mantém contratos com empresas multinacionais e parceiros estratégicos, com destaque para fornecimento proveniente da Bolívia, garantindo previsibilidade e diversificação de suprimento.

Nesse contexto, enquanto o mercado apresentou crescimento de um dígito no período, a HINOVE registrou expansão substancialmente superior, refletindo ganho de participação, maior eficiência operacional e estratégia comercial direcionada a produtos de maior valor agregado.

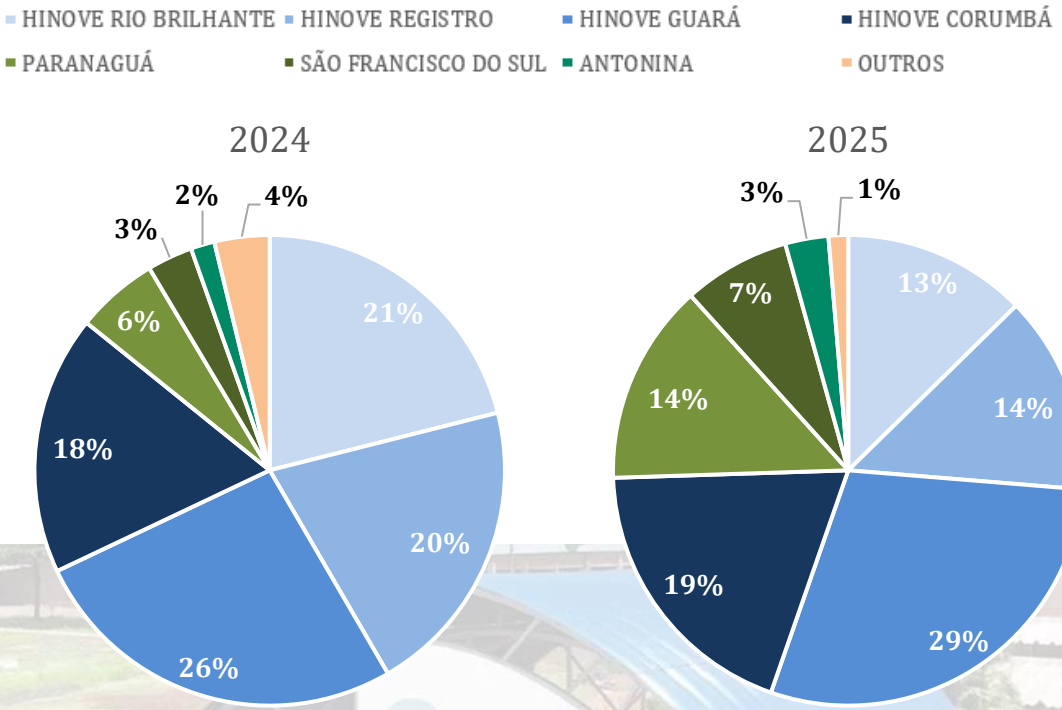
PRINCIPAIS INDICADORES

PERFORMANCE DAS UNIDADES DE NEGÓCIOS

Ao longo do ano de 2025, a HINOVE trabalhou com **trinta e uma unidades de negócios**, consolidadas em **sete principais** cidades estratégicas:

R$ MILHÕES	2024	2025	2024 vs. 2025
Receita Bruta	**845,1**	**1.133,0**	**34,1%**
HINOVE RIO BRILHANTE	178,0	143,4	-19,4%
HINOVE REGISTRO	173,7	154,5	-11,0%
HINOVE GUARÁ	222,6	328,9	47,8%
HINOVE CORUMBÁ	150,7	217,1	44,0%
PARANAGUÁ	47,8	156,7	227,8%
SÃO FRANCISCO DO SUL	26,4	83,4	215,9%
ANTONINA	13,8	33,6	143,2%
OUTROS	32,1	15,4	-52,3%

RECEITA BRUTA POR UNIDADES DE NEGÓCIOS



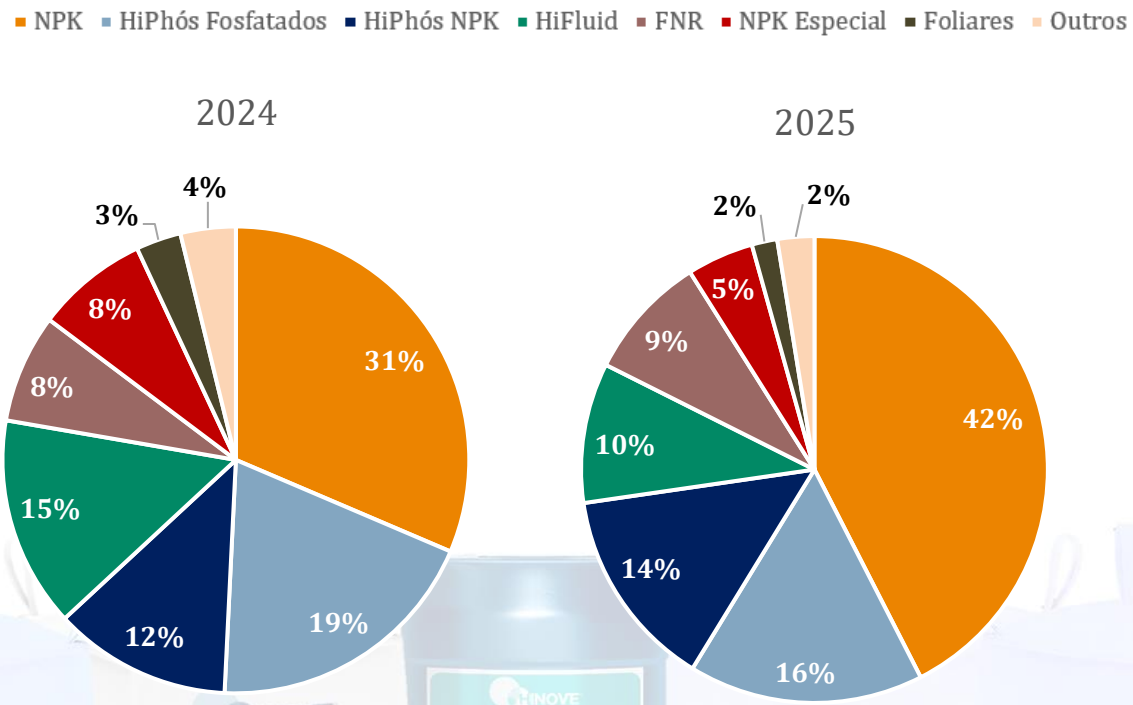
PRINCIPAIS INDICADORES

PERFORMANCE DAS LINHAS DE PRODUTO

Em 2025, a HINOVE entregou 358 produtos com SKUs diferentes (319 em 2024), divididos em doze grupos de linha de produto. As linhas consolidadas como "outros" são: MicroSolo, HiSol, HiSol NPK, COLHE CANA e HiPhós Tropical.

R$ MILHÕES	2024	2025	2024 vs. 2025
Receita Bruta	**845,1**	**1.133,0**	**34,1%**
NPK	265,5	481,2	81,3%
HiPhós Fosfatados	163,5	184,4	12,7%
HiPhós NPK	104,2	158,0	51,7%
HiFluid	123,4	109,8	-11,0%
FNR	63,7	98,0	53,9%
NPK Especial	65,8	52,4	-20,3%
Foliares	26,4	20,0	-24,2%
Outros	32,6	29,2	-10,4%

RECEITA BRUTA POR LINHA DE PRODUTO



PRINCIPAIS INDICADORES

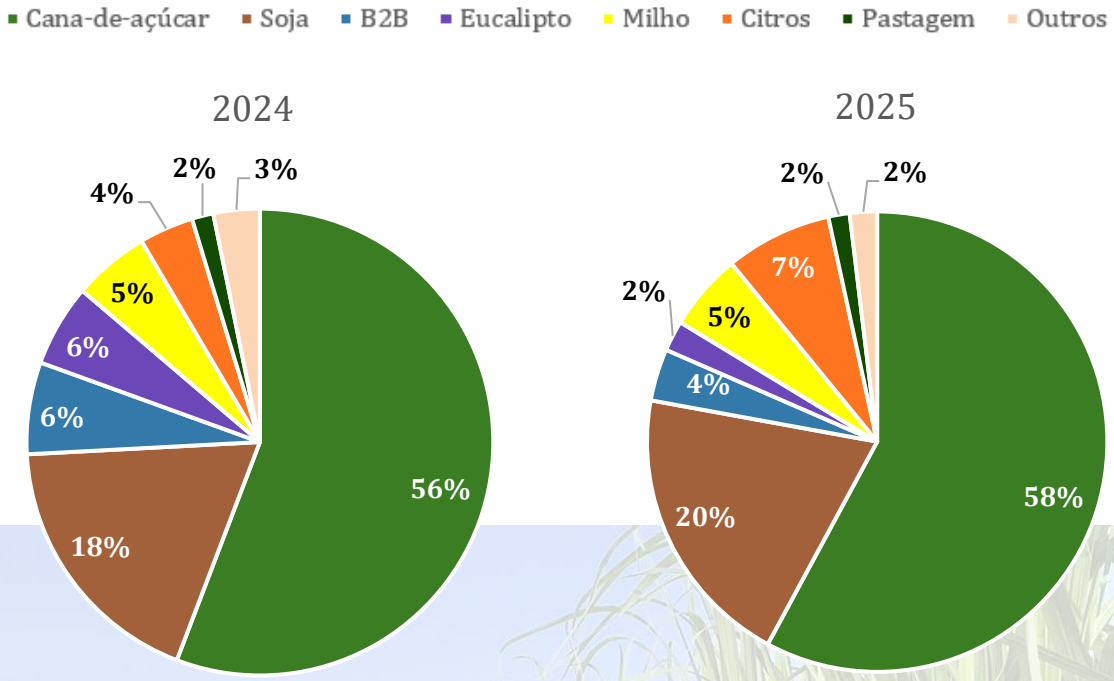
PERFORMANCE DAS CULTURAS

No ano de 2025, a HINOVE contribuiu para o aumento da produtividade de diversas culturas do nosso plantio, onde classificamos em onze principais culturas, excluindo a classificação de B2B, que são vendas para outros revendedores que não temos acesso à quais culturas nossos produtos foram aplicados.

Na categoria outros, consolidamos: Café, Hortifruti, Algodão e Cereais e grãos.

R$ MILHÕES	2024	2025	2024 vs. 2025
Receita Bruta	**845,1**	**1.133,0**	**34,1%**
Cana-de-açúcar	471,4	655,7	39,1%
Soja	155,2	226,5	45,9%
B2B	53,8	41,4	-23,1%
Eucalipto	48,2	24,3	-49,5%
Milho	44,7	61,4	37,3%
Citros	31,9	84,9	166,3%
Pastagem	12,6	17,0	34,6%
Outros	27,3	21,8	-20,0%

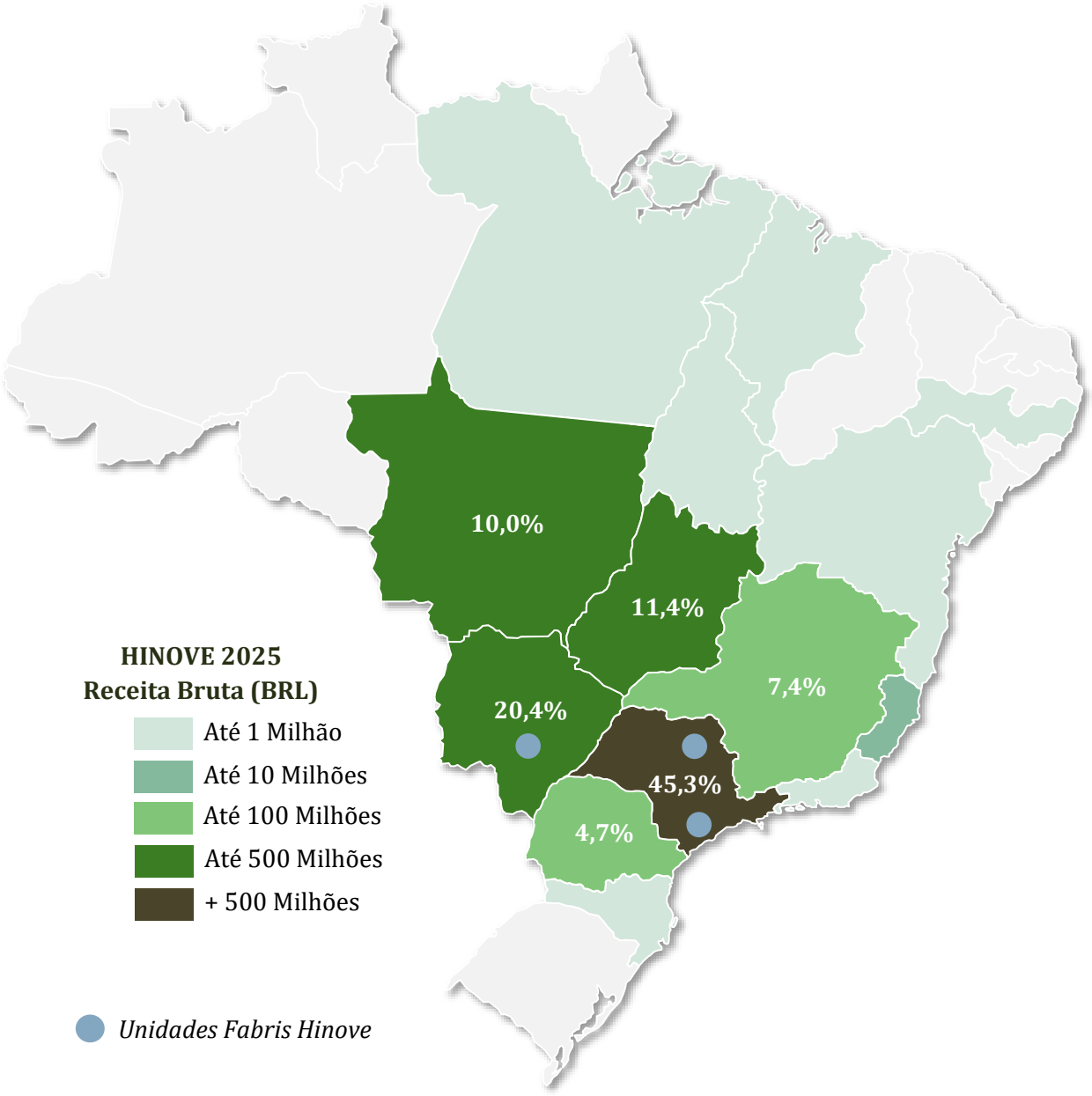
RECEITA BRUTA POR CULTURA



PRINCIPAIS INDICADORES

PERFORMANCE POR REGIÃO

Dos 26 Estados do nosso país, a HINOVE esteve presente diretamente em 14 deles, com uma maior participação em São Paulo (SP), que representou 45,3% do faturamento de 2025, seguidos de Mato Grosso do Sul (MS) com 20,4%, Goiás (GO) com 11,4% e Mato Grosso (MT) com 10,0%.



A gente é mais Brasil.

PRINCIPAIS INDICADORES

PERFORMANCE POR CLIENTE

Expansão da Base Ativa

A Companhia manteve trajetória consistente de ampliação da base de clientes em 2025. A expansão demonstra fortalecimento da presença comercial e aumento da capilaridade operacional.

Indicador	2024	2025	Variação
Grupos de Clientes	402	454	12,90%
Clientes (CNPJ)	845	955	13,00%

Dinâmica da Carteira e Retenção

Da receita bruta total de R$ 1,133 bilhão em 2025, aproximadamente R$ 986,8 milhões (87,1%) foram provenientes de clientes já ativos em 2024. Isso evidencia: Forte crescimento orgânico na base histórica; Consolidação do relacionamento comercial; Capacidade de ampliação de volume com clientes recorrentes.

Adicionalmente, a Companhia registrou a entrada de 262 novos grupos de clientes, que representaram R$ 145,8 milhões, equivalentes a 12,9% da receita bruta de 2025. Mesmo desconsiderando novos clientes, a receita proveniente da base histórica teria crescido aproximadamente 22% em relação a 2024.

Qualidade e Frequência de Compras

Houve melhora no perfil de recorrência operacional: em 2024, 29% dos grupos tiveram apenas uma nota fiscal no ano. Já em 2025, 22,9% dos grupos tiveram apenas uma nota fiscal. A redução proporcional de clientes com compra única indica maior fidelização e fortalecimento do relacionamento ao longo do exercício.

Concentração e Diversificação

A receita bruta de 2025 apresentou concentração equilibrada:

Maior cliente: R$ 85,4 milhões (7,5% da receita bruta)

Top 10 clientes: aproximadamente R$ 512 milhões, representando 45,2% da receita bruta

A Companhia mantém carteira diversificada, sem dependência excessiva de um único cliente, preservando equilíbrio entre grandes grupos e base pulverizada.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

R$ MIL	2024	2025	Δ (%) 2025 vs. 2024
Volume (mil toneladas)	421	487	15,7%
Volume (mil litros)	4.271	3.084	-27,8%
Receita Bruta	**845.110**	**1.133.033**	**34,1%**
Devolução de Vendas	(15.131)	(22.372)	47,9%
Impostos	(20.803)	(32.794)	57,6%
% impostos	*-2,5%*	*-2,9%*	*-0,4 p.p.*
Receita Líquida	**809.176**	**1.077.867**	**33,2%**
CPV	(583.045)	(773.926)	32,7%
GGF	(49.728)	(54.834)	10,3%
Lucro Bruto	**176.403**	**249.107**	**41,2%**
Margem Bruta	*21,8%*	*23,1%*	*1,4 p.p.*
Overhead Corporativo	**(38.386)**	**(39.805)**	**3,7%**
Equipe Corporativa	*(17.040)*	*(19.548)*	*14,7%*
Despesas Corporativas	*(18.561)*	*(17.589)*	*-5,2%*
Depreciação Corporativa	*(2.784)*	*(2.668)*	*-4,2%*
Área Comercial	**(80.616)**	**(100.339)**	**24,5%**
Marketing	*(1.324)*	*(2.200)*	*66,2%*
Equipe Comercial	*(3.185)*	*(2.581)*	*-19,0%*
Despesas Comerciais	*(2.475)*	*(2.538)*	*2,5%*
PCLD	*(1.152)*	*(687)*	*-40,4%*
Fretes de Vendas	(72.480)	(92.333)	27,4%
% Frete s/ Fat	*-9,0%*	*-8,6%*	*0,4 p.p.*
P&D	**(1.181)**	**(2.121)**	**79,6%**
Equipe P&D	*(500)*	*(374)*	*-25,1%*
Despesas P&D	*(682)*	*(1.747)*	*156,3%*
Resultado não Operacional	**1.289**	**688**	**-46,6%**
(+) Depreciação	**15.155**	**20.264**	**33,7%**
EBITDA	**72.664**	**127.794**	**75,9%**
Margem EBITDA	*9,0%*	*11,9%*	*2,9 p.p.*
Resultado Financeiro	(62.795)	(96.833)	*54,2%*
(-) Depreciação	(15.155)	(20.264)	*33,7%*
EBT	**(5.286)**	**10.697**	**302,3%**
IR/CSLL	1.746	(5.528)	-416,5%
Lucro Líquido	**(3.540)**	**5.169**	**246,0%**
Margem Líquida	*-0,4%*	*0,5%*	*0,9 p.p.*

BALANÇO PATRIMONIAL

R$ Mil

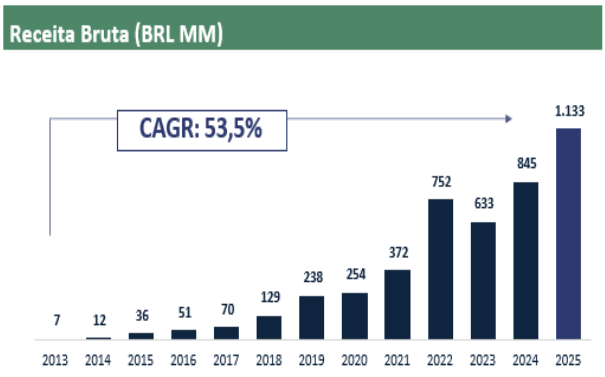
Ativo	2024	2025
Ativo Circulante	**216.846**	**303.111**
Caixa e equivalentes de caixa	12.398	27.604
Aplicações financeiras	17.598	14.548
Contas a receber de clientes	5.803	11.968
Estoques	140.241	189.739
Adiantamentos de Fornecedores	18.214	23.574
Impostos a recuperar	18.581	33.859
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.562	704
Outros ativos	2.449	1.115
Ativo Não circulante	**253.008**	**254.041**
Aplicações financeiras	5.630	11.954
Partes Relacionadas	1.082	1.090
Outros ativos	363	868
Depósitos judiciais	908	1.083
Impostos a recuperar	1.441	1.274
Ativo fiscal diferido	7.374	2.646
Investimentos	2.046	2.724
Imobilizado	191.220	192.096
Intangível	174	68
Direito de uso de ativos	42.770	40.238
Total do Ativo	**469.854**	**557.152**

Passivo	2024	2025
Passivo Circulante	**240.118**	**361.481**
Fornecedores	45.342	49.048
Empréstimos e financiamentos	166.022	286.881
Passivo de arrendamentos	2.501	1.297
Adiantamentos de Clientes	21.437	18.281
Obrigações fiscais a recolher	2.338	2.683
Outras contas a pagar	2.478	3.291
Passivo Não circulante	**211.933**	**172.699**
Empréstimos e financiamentos	170.132	130.862
Provisão para processos judiciais	-	196
Passivo de arrendamentos	41.801	41.641
Patrimônio Líquido	**17.803**	**22.972**
Capital Social	18.894	18.894
Reserva de Capital	202	202
Reserva Legal	-	3.876
Prejuízos Acumulados	(1.293)	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**469.854**	**557.152**

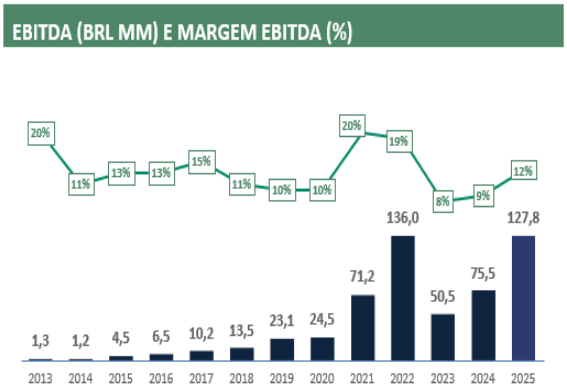
INDICADORES DE RESULTADO

Crescimento consistente da receita

A evolução da Receita Bruta ao longo dos últimos anos evidencia a trajetória consistente de crescimento da HINOVE. Entre 2013 e 2025, a Companhia apresentou **CAGR de 53,5%,** alcançando R$ 1,133 bilhão em 2025. O desempenho reforça a capacidade de expansão sustentável do negócio, com ganho de escala, fortalecimento comercial e consolidação de posicionamento no mercado.



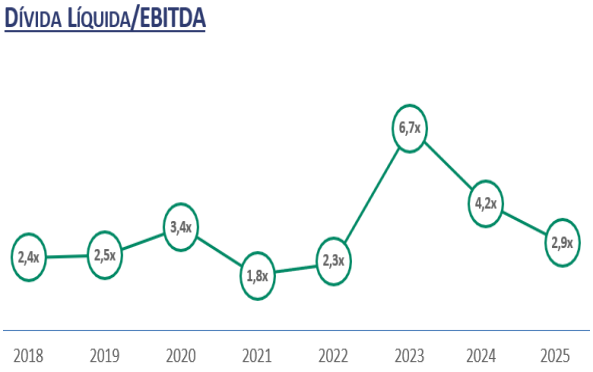
Constante crescimento dos resultados operacionais



A melhora do desempenho operacional foi refletida na evolução do EBITDA, que alcançou R$ 127,8 milhões em 2025, crescimento de 75,9% em relação a 2024. A margem EBITDA avançou de 9,0% para 11,9%, evidenciando maior eficiência, ganho de escala e melhor absorção dos custos fixos industriais. O resultado confirma a consolidação do crescimento com expansão estrutural de rentabilidade.

Evolução da dívida líquida/EBITDA

A melhora do desempenho operacional refletiu-se na redução consistente da alavancagem. A relação Dívida Líquida/EBITDA apresentou redução consistente ao longo do exercício, passando de 4,2x em 2024 para 2,9x em 2025, conforme demonstrado no gráfico ao lado. O movimento evidencia fortalecimento da geração operacional e maior capacidade de sustentação do crescimento com equilíbrio financeiro.



INVESTIMENTOS

Em 2025, a HINOVE realizou investimentos direcionados principalmente ao fortalecimento da estrutura industrial e à sustentação do crescimento operacional. Os aportes concentraram-se em melhorias nas unidades produtivas, aquisição de máquinas e equipamentos, além de iniciativas voltadas à segurança operacional e manutenção preventiva.

As melhorias implementadas contribuíram para o aprimoramento da performance dos processos industriais, com destaque para a granulação, eixo estratégico da Companhia. Os investimentos estão alinhados à priorização das linhas de maior valor agregado, especialmente os granulados da família HiPhós Fosfatados, reforçando a capacidade produtiva e a eficiência operacional.

Embora os impactos ainda estejam em fase de consolidação, já se observa evolução na estabilidade operacional e no potencial de aumento de produção, criando bases mais sólidas para ganhos de escala futuros. O direcionamento do capital reforça a disciplina na alocação de recursos, priorizando projetos com foco em produtividade, qualidade e segurança.

Para 2026, a Companhia prevê a continuidade do plano de expansão industrial, com novos investimentos voltados à ampliação da capacidade e ao fortalecimento das operações, sustentando a estratégia de crescimento com eficiência e geração de valor no longo prazo.

Custo Imobilizado

Descrição Contas	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Edifícios	117.108	-	-	10.170	127.278
Móveis e Utensílios	1.113	352	-	-	1.465
Equipamentos Diversos	1.142	179	-	8	1.329
Máquinas e Equipamentos	102.603	5.494	(377)	1.335	109.055
Veículos	2.862	-	(230)	-	2.632
Obras em Andamento	11.525	15.473	-	(11.655)	15.343
Aeronaves	2.409	-	-	142	2.551
	238.762	**21.498**	**(607)**	**-**	**259.653**

Em milhares

Depreciação

Descrição Contas	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2025
Edifícios	(18.675)	(8.668)	-	-	(27.343)
Móveis e Útensílios	(203)	(138)	-	-	(341)
Equipamentos Diversos	(524)	(206)	-	-	(730)
Máquinas e Equipamentos	(26.591)	(10.391)	19	-	(36.963)
Veículos	(829)	(534)	153	-	(1.210)
Aeronaves	(720)	(250)	-	-	(970)
	(47.542)	**(20.187)**	**172**	**-**	**(67.557)**

Imobilizado Líquido	**191.220**				**192.096**

Em milhares

ESG

A HINOVE incorporou os princípios de **ESG** como diretriz estratégica de sua atuação industrial e institucional. Mais do que um conjunto de boas práticas, o ESG está integrado ao modelo de negócios da empresa, orientando decisões operacionais, investimentos em inovação e relacionamento com a sociedade. A companhia entende que competitividade no setor de fertilizantes exige responsabilidade ambiental, compromisso social e governança sólida.

Ambiental e Climático

Na unidade de Registro (SP), localizada no Vale do Ribeira, a companhia estruturou um modelo produtivo alinhado aos princípios da economia circular. A planta opera com **não geração de resíduos industriais**, promovendo o reaproveitamento integral de subprodutos no próprio processo produtivo. A água utilizada nas operações passa por sistemas internos de recirculação, garantindo reaproveitamento e reuso hídrico, reduzindo significativamente a captação externa.

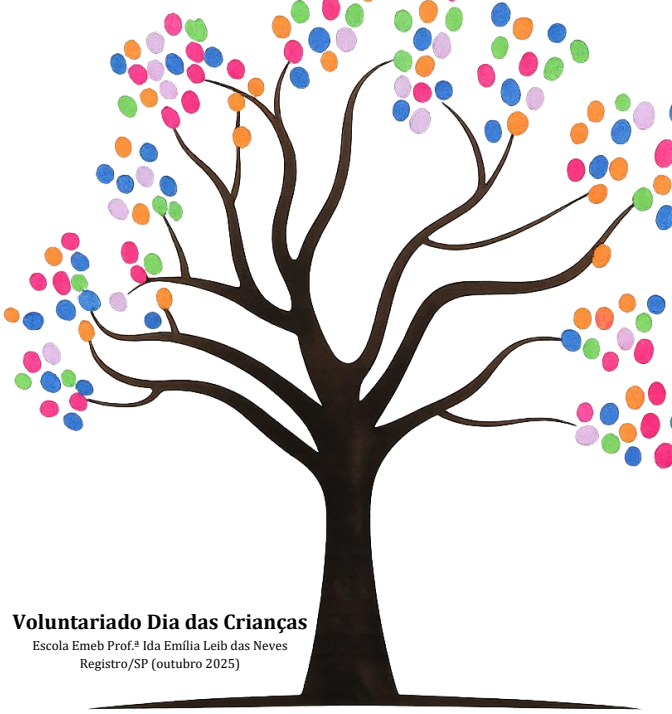
No controle de emissões atmosféricas, a unidade conta **com lavadores de gases e filtros de manga**, assegurando a retenção de particulados. As partículas capturadas retornam ao processo produtivo, evitando perdas de matéria-prima e emissões ao meio ambiente. Outro destaque é a reutilização de fosfogesso como insumo industrial, agregando valor a um subproduto e reduzindo a necessidade de destinação externa. Ou seja, não apenas a Hinove tem um processo com teconologia proprietario em produção de Fosatados que não gera **NENHUM** residuo ou rejeito (contra mais de 15 toneladas de residuo/rejeito para cada tonelada de MAP produzido pelos nossos concorrentes, por exemplo) como tambem absorve residuo de outras empresas para utilizar na sua produção- evitando assim um passivo ambiental para terceiros.

A empresa também investe em **energia limpa**, com usinas solares fotovoltaicas próprias instaladas nas três unidades industriais, totalizando 2,75 MW de capacidade instalada. Essa iniciativa reduz a dependência de fontes fósseis e contribui para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Como resultado do controle rigoroso das emissões de gases de efeito estufa (GEE) nas atividades industriais da unidade de Registro, a HINOVE consolidou um modelo produtivo de baixa intensidade carbônica, no qual a inovação tecnológica está diretamente associada à eficiência ambiental e ao alinhamento com as metas globais de descarbonização. Em 2025, a unidade conduziu um estudo técnico comparativo das emissões de GEE entre o fertilizante Hiphós 25 GR e o fertilizante fosfatado convencional MAP (Monoamônio Fosfato). Os resultados evidenciaram que o Hiphós 25 GR apresenta pegada de carbono 66% inferior na etapa de produção, reflexo direto de processos industriais mais eficientes, menor consumo energético fóssil, reaproveitamento de insumos e utilização de energia solar própria.

Social

Por meio do Instituto HINOVAR, a HINOVE desenvolve programas culturais, esportivos e sociais voltados a crianças e adolescentes, fortalecendo o vínculo com as comunidades onde atua. Em 2025, foi realizada ação especial no Dia das Crianças, com doação de brinquedos à creche próxima à unidade industrial de Registro (SP), no Vale do Ribeira. A iniciativa reuniu colaboradores e crianças em uma atividade simbólica, representada por uma árvore formada pelas digitais dos alunos, reforçando o compromisso da Companhia com o desenvolvimento humano e social da região.



Voluntariado Dia das Crianças
Escola Emeb Prof.ª Ida Emília Leib das Neves
Registro/SP (outubro 2025)

O Vale do Ribeira é uma das regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica do Estado de São Paulo, apresentando indicadores de renda e desenvolvimento inferiores à média estadual, além de desafios históricos relacionados a infraestrutura, emprego e geração de renda. Nesse contexto, a HINOVE contribui para o desenvolvimento regional por meio da geração de aproximadamente 120 empregos diretos e indiretos, estimulando a atividade econômica local e promovendo inclusão produtiva.

A Companhia realiza ainda doações anuais a entidades filantrópicas e elaborou o Relatório de Igualdade Salarial nas unidades de Guará e Registro, reforçando seu compromisso com equidade, transparência e responsabilidade social.

Governança

No campo da governança corporativa, a HINOVE mantém certificações internacionais que atestam a qualidade de seus processos e sua responsabilidade socioambiental: ISO 9001 (Gestão da Qualidade), ISO 14001 (Gestão Ambiental) e ISO 45001 (Saúde e Segurança Ocupacional).

Em 2025, a empresa estruturou seu Framework de Finanças Verdes, alinhando sua estratégia de captação de recursos e investimentos a critérios ambientais e climáticos reconhecidos pelo mercado financeiro, fortalecendo a transparência e a sustentabilidade de longo prazo. Exemplo disso foi a emissão do primeiro CRA Verde para uma empresa de fertilizantes, coordenada pelo Banco Santander.

Dessa forma, a HINOVE consolida-se como uma empresa comprometida com a inovação responsável, a redução de impactos ambientais, o desenvolvimento social regional e a excelência em governança, contribuindo para uma agricultura mais sustentável e para um futuro de menor intensidade carbônica.

CULTURA ORGANIZACIONAL

No aniversário de 14 anos da Companhia, em julho de 2025, a HINOVE realizou o lançamento oficial de sua nova cultura organizacional, consolidando de forma estruturada os direcionadores que orientam decisões, comportamentos e estratégias. A formalização da cultura representa um marco institucional, ao alinhar propósito, princípios e práticas de gestão em torno de uma visão comum.

A essência da HINOVE — Inovação — passa a ser explicitamente o eixo central de atuação, refletindo-se em produtos, processos produtivos, estratégias comerciais e alianças estratégicas. Mais do que desenvolver soluções, a Companhia reforça comportamentos como pensar diferente, aprender continuamente e agir com ousadia.

O propósito “Cultivar a inovação para ajudar o agro a prosperar” sintetiza o papel da HINOVE na cadeia agrícola, conectando desempenho operacional à geração de valor para clientes, colaboradores e sociedade.

Os princípios Inovar, Cultivar e Prosperar traduzem a cultura em prática. **Inovar** direciona a busca constante por melhoria; **Cultivar** reforça excelência operacional, segurança, qualidade e relações de confiança; **Prosperar** amplia a visão para o crescimento sustentável da empresa, das pessoas e do agro.

Ao definir claramente o que faz, como faz e por que faz, bem como os comportamentos esperados, a HINOVE fortalece sua identidade institucional e sua imagem perante o mercado, criando um ambiente mais alinhado, consistente e orientado a resultados.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

HINOVE AGROCIENCIA S.A.

https://hinove.com/sobre/demonstracoes-financeiras/

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e Acionistas da

Hinove Agrociência S.A.

Araraquara - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Hinove Agrociência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hinove Agrociência S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 13.3, a Companhia não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais dos seus contratos de certificados de recebíveis do agronegócio - CRA em 31 de dezembro de 2025, o que permitiria eventual declaração de vencimento antecipado das obrigações no montante de R$ 108.593 mil, dos quais R$ 67.436 mil estão classificados no passivo não circulante. Em função disto, o montante de R$ 67.436 mil registrado no passivo não circulante deveria então ser classificado no passivo circulante, entretanto, a Companhia obteve a anuência, subsequentemente à data base, do descumprimento das cláusulas contratuais junto aos seus credores, motivo pelo qual decidiu manter os valores classificados no passivo não circulante em função do vencimento original. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante está apresentado a menor e o passivo não circulante a maior em R$ 67.436 mil, respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", concluímos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto - SP, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Juliana de Lira Bilachi
Contadora CRC 1SP254945/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Hinove Agrociência S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.604	12.398
Aplicações financeiras	4	14.548	17.598
Contas a receber de clientes	5	11.968	5.803
Estoques	6	189.739	140.241
Adiantamentos de fornecedores	7	23.574	18.214
Impostos a recuperar	8	33.859	18.581
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		704	1.562
Outros ativos		1.115	2.449
Total do ativo circulante		303.111	216.846
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	4	11.954	5.630
Partes relacionadas	9	1.090	1.082
Outros ativos		868	363
Depósitos judiciais		1.083	908
Impostos a recuperar	8	1.274	1.441
Ativo fiscal diferido	20	2.646	7.374
Total do realizável a longo prazo		18.915	16.798
Investimentos		2.724	2.046
Imobilizado	10	192.096	191.220
Intangível		68	174
Direito de uso	11	40.238	42.770
Total do ativo não circulante		254.041	253.008
Total do ativo		557.152	469.854

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	12	49.048	45.342
Empréstimos e financiamentos	13.1	159.504	91.678
Empréstimos e financiamentos FIDC	13.2	87.138	47.303
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	13.3	40.239	27.041
Passivo de arrendamentos	11	1.297	2.501
Adiantamentos de clientes	14	18.281	21.437
Obrigações fiscais a recolher		2.683	2.338
Outras contas a pagar		3.291	2.478
Total do passivo circulante		361.481	240.118
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13.1	64.273	129.477
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	13.3	66.589	40.655
Provisão para processos judiciais	15	196	-
Passivo de arrendamentos	11	41.641	41.801
Total do passivo não circulante		172.699	211.933
Patrimônio líquido	16		
Capital social		18.894	18.894
Reserva de capital		202	202
Reserva de lucros		3.876	-
Prejuizos acumulados		-	(1.293)
Total do patrimônio líquido		22.972	17.803
Total do passivo		534.180	452.051
Total do passivo e patrimônio líquido		557.152	469.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hinove Agrociência S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita	17	1.077.867	809.176
Custo das vendas e serviços	18	(828.760)	(632.773)
Lucro bruto		249.107	176.403
Despesas com vendas	18	(100.339)	(80.616)
Despesas gerais e administrativas	18	(42.130)	(39.994)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5 / 18	204	427
Outras receitas (despesas) líquidas		688	1.289
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		107.530	57.509
Receitas financeiras	19	24.085	15.043
Despesas financeiras	19	(120.918)	(77.838)
Resultado financeiro líquido	19	(96.833)	(62.795)
Lucro / (Prejuizo) antes do imposto de renda e contribuição social		10.697	(5.286)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(800)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(4.728)	1.746
		(5.528)	1.746
Lucro/(Prejuizo) líquido do exercício		5.169	(3.540)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hinove Agrociência S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	5.169	(3.540)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	5.169	(3.540)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hinove Agrociência S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
			Ágio na subscrição das ações	Reserva legal	Subvenção para investimentos		
Saldo em 01 de janeiro de 2024		**18.894**	**202**	**-**	**2.247**	**-**	**21.343**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(3.540)	(3.540)
Destinações:							
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	(2.247)	2.247	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**18.894**	**202**	**-**	**-**	**(1.293)**	**17.803**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.169	5.169
Destinações:							
Constituição de reserva legal	16 c.	-	-	258	-	(258)	-
Constituição de reserva para subvenção de investimentos	16 e.	-	-	-	3.618	(3.618)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**18.894**	**202**	**258**	**3.618**	**-**	**22.972**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hinove Agrociência S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(Prejuizo) líquido do exercício		5.169	(3.540)
Ajustes para reconciliar o lucro/(prejuízo) ao caixa líquido decorrente das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização imobilizado e intangível		20.303	14.843
Depreciação ativo direito de uso	11	2.658	2.121
Perdas de crédito esperadas	5	(204)	(427)
Provisões para processos judiciais	15	196	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	13	90.224	71.747
Juros de arrendamento	11	5.890	1.747
Resultado da venda de ativo imobilizado	10	437	517
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	4.728	(1.746)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	800	-
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	5	(5.962)	1.639
Estoques	6	(49.498)	25.828
Adiantamentos a fornecedores	7	(5.360)	(5.456)
Impostos a recuperar	8	(14.253)	5.990
Outros ativos		829	908
Fornecedores	12	3.706	20.579
Impostos e contribuições a recolher		(70)	636
Adiantamentos de clientes	14	(3.156)	2.093
Outras contas a pagar		639	584
Caixa gerado pelas atividades operacionais		57.076	138.063
Imposto de renda e contribuição social pagos		(385)	-
Juros de empréstimos e financiamentos, FIDC e CRA pagos	13	(49.940)	(44.975)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		6.751	93.088
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimento		(678)	(1.277)
Aplicações financeiras - captações		(722.863)	4.982
Aplicações financeiras - resgate		719.589	-
Aquisição de imobilizado	10.c	(20.839)	(37.852)
Aquisição de intangível		(11)	-
Partes relacionadas - empréstimos		(8)	(7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(24.810)	(34.154)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos	13	107.869	125.910
Captações de empréstimos e financiamentos - FIDC	13	751.384	499.557
Captações de empréstimos e financiamentos - CRA	13	83.243	-
Amortização de empréstimos e financiamentos, FIDC e CRA	13	(901.851)	(700.263)
Pagamento arrendamento	11	(7.380)	(2.935)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		33.265	(77.731)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		15.206	(18.797)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		12.398	31.195
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		27.604	12.398
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		15.206	(18.797)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Hinove Agrociência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado com sede no município de Araraquara, Estado de São Paulo, na Rua Lilia Elisa Eberle Lupo, nº 290 B, bairro Jardim Salto Grande.

A Companhia tem como atividades principal: (i) Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; (ii) Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; (iii) Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; (iv) Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente; (v) Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários.

Além da sua sede no município de Araraquara, Estado de São Paulo, a Companhia possui mais 07 filiais nos municípios de: Registro (SP), Guará (SP), São Sebastião do Paraíso (MG), Barra do Garças (MT), Rio Brilhante (MS), Corumbá (MS) e Londrina (PR). A Companhia possui uma unidade industrial para a produção de fertilizantes sólidos na filial de Registro (SP), produção de fertilizantes líquidos na filial de Rio Brilhante (MS), e na filial de Guará (SP), produção de sólidos e líquidos.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R$ 58.370 (R$ 23.272 em 31 de dezembro de 2024). O lucro líquido do exercício foi de R$ 5.169 (prejuízo de R$ 3.540 em 31 de dezembro de 2024) e apresentou fluxo de caixa positivo de R$ 6.751 (positivo de R$ 93.088 em 31 de dezembro de 2024).

Esse desempenho reflete, principalmente, os investimentos realizados nos últimos exercícios, incluindo a construção de ativos imobilizados, financiados por linhas de crédito estruturadas para acompanhar a geração de caixa operacional e respeitar a curva de maturação.

Para mitigar esses impactos, ainda no primeiro trimestre de 2026, a Companhia está em fase de negociação de uma nova captação, na modalidade de Consórcio de R$ 105.000, uma Cédula de Crédito Bancário - CCB junto ao Banco do Brasil de R$ 25.000 e uma Cédula de Produto Rural -CPR junto ao Banco Sicoob de R$ 30.000. A Companhia também mantém outras linhas de crédito disponíveis junto a instituições financeiras para utilização conforme necessário, fortalecendo sua posição financeira.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de atender às necessidades de financiamento, bem como de refinanciar ou liquidar seus empréstimos bancários conforme os vencimentos.

Com base nessa análise, há uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para manter suas operações no futuro previsível. Caso contrário, poderão ocorrer impactos na realização de ativos geradores de caixa e no cumprimento de certas obrigações,

conforme os valores registrados nas demonstrações financeiras.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária do consumo. O novo modelo substituirá PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estruturados sob o conceito de IVA dual.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A Reforma será implementada gradualmente entre 2026 e 2032, período no qual coexistirá o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 complementou a regulamentação, disciplinando aspectos operacionais do IBS, inclusive administração, fiscalização e regras de transição.

A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e contábeis da nova sistemática.

Contudo, considerando que o período de transição terá início em 2026 e ainda existem regulamentações complementares pendentes, não foram identificados, até a presente data, efeitos materiais a serem refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia seguirá monitorando a evolução normativa e atualizará suas estimativas e divulgações conforme os impactos forem se tornando conhecidos e mensuráveis.

2 Declaração de conformidade, base de preparação e políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "valor justo" de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício, quando aplicável.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 31 de março de 2026.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis materiais

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.4 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do

dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera o s termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Para determinar o desreconhecimento do ativo financeiro segundo o CPC 48 pela cessão de créditos e sobre a definição do controle sobre esta entidade para considerar se esse investimento deve ser consolidado pelo CPC 36, a Companhia considera diversos fatos e circunstâncias que incluem riscos de crédito de nível anterior e após a estruturação, efetivação de eventuais vendas de recebíveis a terceiros, expostas à variabilidade do retorno do FIDC, entre outras, que poderão ser reavaliadas caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias no futuro. A Companhia não tem poder de decisão sobre os FIDCs nem de afetar o retorno das cotas.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Receita de contrato com cliente

A receita da Companhia deriva principalmente das vendas de fertilizantes especiais e insumos agrícolas. As receitas decorrentes de venda de produtos, mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere o controle sobre os produtos e mercadorias ao cliente. Os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia. Para devoluções, o passivo de reembolso e o ativo de direito de recuperar os bens devolvidos são reconhecidos. O direito de recuperar o ativo de mercadorias devolvidas é medido pelo valor contábil anterior do estoque menos quaisquer custos esperados para recuperar as mercadorias.

Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos e a receita é reconhecida líquida de descontos, e impostos sobre as vendas.

A receita operacional da venda de bens e ou serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos: (i) quando as partes de um contrato aprovarem este e estiverem comprometidas com seu cumprimento; (ii) quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte relacionado aos bens a serem entregues; (iii) quando puder identificar os termos de pagamento para os bens transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial; (v) quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito.

A receita de venda de bens são derivadas, basicamente, da venda de produtos e são reconhecidas quando o controle dos bens é transferido ao cliente, ou seja, na entrega do produto ao cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma significativa incerteza de sua realização. Os valores faturados, recebidos ou não, decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro, são considerados como redutores de ativo. Já os valores recebidos e não faturados decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro são considerados como passivo.

Parte das vendas da Companhia são realizadas na modalidade *Cost, Insurance and Freight* ("CIF"), na qual a Companhia é responsável pelo serviço de frete para a transferência de controle do produto ao cliente. De acordo com o CPC 47, os custos com fretes nessas modalidades devem ser consideradas como uma obrigação de desempenho separada na qual uma proporção do preço da transação seria alocada e reconhecida conforme a efetiva prestação do serviço.

2.6 Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não possuí outros benefícios pós-emprego.

2.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras da Companhia compreendem:

- Descontos obtidos;
- Rendimento sobre aplicações financeiras;
- Variação cambial ativa;
- Juros ativos; e
- Resultado positivo sobre instrumentos financeiros.

As despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Descontos concedidos;
- Despesas bancárias;
- Despesas e juros sobre empréstimos e financiamentos;
- Juros, multa de mora e IOF;
- Resultado negativo sobre instrumentos financeiros; e
- Variação cambial passiva.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

2.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre

o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determina que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.*

A Companhia determina que o imposto mínimo complementar global - que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois - é um imposto de renda no escopo do CPC 32. A Companhia aplica a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação e (i) não afete nem o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (ii) não dá origem a diferenças temporárias e dedútiveis iguais.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.9 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que os benefícios econômicos futuros associados com os custos serão auferidos pela Companhia. Custos de manutenção e reparos recorrentes, por sua vez, são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em 2025 e 2024 são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos telefônicos	10 anos
Aeronaves	10 anos

Para o ativo imobilizado de imobilização em terrenos de terceiros, foi adotado como base de depreciação por prazo contratual de utilização da propriedade.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.10 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia mantem em seu estoque grande parte em matéria prima. O estoque acabado é elaborado conforme demanda e solicitação dos clientes, ocorrendo assim a realização da produção, e consequentemente, a efetuação da venda e entrega das mercadorias.

A Companhia possui parceiros que industrializam total ou parcial a demanda fabril, fazendo com que ocorra movimentações no estoque de remessas e retornos de matéria prima, embalagens e produtos acabados. Desta forma, a Companhia detém tanto estoque em poder próprio, quanto estoque em poder de terceiros.

A Companhia realiza avaliação periódica de perdas dos seus estoques. Nenhuma provisão foi constituída em função do giro rápido de seus estoques.

2.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- Com base em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis, a Companhia conclui que é muito improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito para com a Companhia, sem ter que recorrer a ações judiciais; ou

- Informações sobre pagamentos em atraso quando não for possível confiar em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço indevido.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros são reconhecidas no resultado.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas apenas com a condição de que o valor contábil do ativo não exceda o novo valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda por redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.12 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.13 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.14 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do exercício do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

2.15 Capital social

(ii) Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12 (veja nota explicativa nº 16).

2.16 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento,

ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.17 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

  Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

  A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiras.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 15: Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

- Nota explicativa nº 20: Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 - instrumentos financeiros.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

Quando há duplicatas recebidas em um mês, porém sua efetiva entrada na composição do saldo da conta bancária apenas ocorre no mês subsequente, a contabilização é feita na data do recebimento na conta do ativo circulante "numerários em trânsito", e quando ocorre a efetiva entrada na conta bancária, é feito uma transferência entre contas.

	2025	2024
Caixa e bancos	27.604	12.398
Caixa e equivalentes de caixa	27.604	12.398
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	14.548	17.598
Aplicações financeiras de curto prazo	14.548	17.598

(i) As aplicações financeiras são compostas por aplicações renda fixa em fundo de investimento pós fixada CDI de 85% a 105% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (85% a 101,5% em 31 de dezembro de 2024) com prazo de resgate inferior a 12 meses. Essas aplicações financeiras têm características similares a caixa e equivalentes de caixa, uma vez que tem disponibilidade para uso imediato.

	2025	2024
Aplicações financeiras de longo prazo (ii)	11.954	5.630
	11.954	**5.630**

(ii) Em maio de 2023 cedente Kinea e junho de 2025 cedente Santander, a Companhia emitiu Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA (conforme nota explicativa 13.3) e, como parte da garantia da emissão, foi acordado no contrato de cessão fiduciária, recebíveis oriundos das duplicatas mercantis da Companhia ou aplicação financeira, sendo que a Companhia optou por manter o valor de R$ 5.280 e R$ 6.145 respectivamente, depositado em aplicação financeira a longo prazo. Tais aplicações são indexadas à variação do CDI de 85% a 105% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (85% a 101,5% em 31 de dezembro de 2024).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 21.

5 Contas a receber de clientes

Os saldos a receber referem-se a vendas de fertilizantes e insumos agrícolas realizados a prazo e está líquido da provisão de créditos.

	2025	2024
Clientes no país	11.968	6.007
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	-	(204)
	11.968	**5.803**

a. Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao "Contas a receber de clientes", está divulgada na nota explicativa nº 21.

A composição das contas a receber por vencimento está assim representada:

	2025	2024
A vencer	11.544	5.356
Vencidas:		
Até 90 dias	424	278
De 91 a 180 dias	-	-
Mais de 180 dias	-	169
	11.968	**5.803**

As movimentações da provisão para perdas de créditos esperadas estão assim representadas:

	2025	2024
Saldo inicial	(204)	(631)
Reversão de provisão	204	427
Saldo final	**-**	**(204)**

6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado usando-se o método de avaliação "custo médio ponderado" e não excedem ao valor líquido de realização.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

	2025	2024
Matéria prima	130.868	94.559
Produtos acabados	44.821	31.760
Embalagens	10.534	11.763
Almoxarifado	3.516	2.159
	189.739	**140.241**

7 Adiantamentos a fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais - terceiros (i)	10.736	8.493
Fornecedores nacionais – Partes relacionadas (Nota explicativa nº 9) (i)	2.935	-
Fornecedores internacionais (ii)	6.796	9.209
Compras simples faturamento (iii)	3.107	512
	23.574	**18.214**

(i) Adiantamentos referente compras com pagamento antecipado, e em sua maioria de saldo correspondente a futuras compras de materiais de uso e consumo.

(ii) Adiantamentos referente compras com pagamento antecipado, e em sua maioria de saldo correspondente a futuras compras de matéria prima.

(iii) Compras com entrega futura, quando um estabelecimento vendedor comercializa determinada mercadoria e efetua o faturamento antecipado à entrega.

8 Impostos a recuperar

	2025	2024
ICMS	7.316	5.017
PIS (i)	4.589	2.432
COFINS (i)	23.103	12.532
IPI	125	41
	35.133	**20.022**
Circulante	33.859	18.581
Não circulante	1.274	1.441

(i) Em 2025, foi realizado a revisão de créditos de PIS e COFINS dos últimos 5 anos não prescritos, a revisão considerou as novas diretrizes publicadas em 2025, com destaque para a IN RFB nº 2.264/2025 e a SC COSIT nº 90/2025, que ampliam e/ou reafirmam hipóteses e critérios de aproveitamento de créditos, observados os requisitos legais. Em especial, a SC COSIT nº 90/2025 reconhece o direito ao crédito de PIS/COFINS sobre frete e seguro suportados na aquisição de insumos, inclusive quando os insumos estiverem sujeitos à alíquota zero. O Aproveitamento extemporâneo foi de PIS R$ 2.048 e COFINS R$ 9.433.

9 Transações com partes relacionadas

Operação com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave no montante de R$ 204 (R$ 280 em 31 de dezembro de 2024). Toda a remuneração trata-se de benefícios de curto prazo. O pessoal-chave da Administração são os Diretores da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho.

Garantia fornecida

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os acionistas controladores, conforme nota explicativa nº 13, forneceram garantias para os empréstimos e financiamentos e para os Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como certas transações que influenciaram os resultados do exercício, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas. Essas transações são realizadas nas condições acordadas entre as partes, que levam em consideração a estrutura organizacional da Companhia como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes se fossem realizadas diretamente com terceiros que não sejam partes relacionadas.

a. Saldos

Parte relacionada	Natureza	2025	2024
Ativo circulante			
Microbio (Nota explicativa nº 7) (iii)	Adiantamento	2.935	-
Ativo não circulante			
UpGreen Participações Ltda. (i)	Mútuo	1.090	1.082
Passivo circulante			
FERT AGRO Fundo de Investimentos em direitos creditórios (ii)	Nota comercial	(87.138)	(47.302)
Passivos de arrendamento (iv)			
Hinove Fertilizantes Especiais Ltda.	Passivo circulante	(724)	(1.214)
Hinove Fertilizantes Especiais Ltda.	Passivo não circulante	(41.577)	(41.801)

(i) Saldo referente a contrato de mútuo (empréstimo) entre a Companhia e UpGreen Participações. Em setembro de 2022, a empresa UpGreen Participações (empresa que pertence aos sócios Renato Benatti e Roberto Martins) teve a incorporação das empresas Cultivar Agro Negócio e Flying Tigers Assessoria em seu capital, assumindo o mútuo de ambas, e tornando-se detentora de 100% do capital da Companhia.

(ii) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.2 a Companhia descontou direitos creditórios no Fert Agro Fundo de Investimento em direitos creditórios.

(iii) Saldo de adiantamento concedido à Allianz para aquisição de matéria-prima. Em decorrência do não cumprimento do fornecimento acordado, ocorreu a aquisição da empresa. No contexto dessa transação, a Allianz passou a ser controlada pela Microbio, entidade sob controle comum com a Companhia. Conforme instrumento contratual celebrado entre as partes, a obrigação referente ao referido adiantamento foi transferida para a Microbio, que passou a assumir a responsabilidade pelo respectivo saldo.

(iv) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 11 a Companhia mantém contrato de aluguel do parque fabril da unidade de Guará, da Hinove Fertilizantes Especiais Ltda., empresa relacionada por possuírem controle comum do acionista controlador da Companhia, o preço acordado é considerado a prática de mercado vigente.

Transações que afetaram o resultado do exercício

Parte relacionada	Natureza	2025	2024
FERT AGRO Fundo de Investimento em direitos creditórios	Despesa antecipação de recebíveis	(33.776)	(20.175)
Hinove Fertilizantes Especiais Ltda. (iv)	Despesas de juros sobre arrendamento	(5.786)	(1.548)

9.1 Termos e condições de transação com partes relacionadas

A Companhia mantém transações com empresas classificadas pela Administração como partes relacionadas, por possuírem controle comum do acionista controlador da Companhia.

Conforme nota explicativa nº 11, a Companhia mantém contrato de arrendamento do parque fabril da Hinove Fertilizantes Especiais Ltda., o preço acordado é considerado a prática de mercado vigente.

A Companhia não possui cotas ou controle do FERT – AGRO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. As despesas com as antecipações de recebíveis com o FERT – AGRO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios referem-se ao valor do desconto de recebíveis. Ao transferir o título a Companhia não possui mais direito ou obrigação sobre os recebíveis, sendo todos os riscos e benefícios transferidos para o FIDC, ainda, a Companhia não fornece garantias aos recebíveis.

10 Imobilizado

Custo	**01/01/2024**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2024**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2025**
Edifícios	**43.911**	25	-	73.172	**117.108**	-	-	10.170	**127.278**
Móveis e utensílios	**775**	338	-	-	**1.113**	352	-	-	**1.465**
Equipamentos diversos	**889**	230	-	23	**1.142**	179	-	8	**1.329**
Máquinas e equipamentos	**74.990**	3.632	(216)	24.197	**102.603**	5.494	(377)	1.335	**109.055**
Veículos	**2.708**	1.341	(1.187)	-	**2.862**	-	(230)	-	**2.632**
Obras em andamento	**75.204**	33.814	-	(97.493)	**11.525**	15.473	-	(11.655)	**15.343**
Aeronaves	**2.308**	-	-	101	**2.409**	-	-	142	**2.551**
	200.785	**39.380**	**(1.403)**	**-**	**238.762**	**21.498**	**(607)**	**-**	**259.653**

Depreciação	**01/01/2024**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2024**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2025**
Edifícios	**(12.826)**	(5.849)	-	-	**(18.675)**	(8.668)	-	-	**(27.343)**
Móveis e utensílios	**(115)**	(88)	-	-	**(203)**	(138)	-	-	**(341)**
Equipamentos diversos	**(356)**	(168)	-	-	**(524)**	(206)	-	-	**(730)**
Máquinas e equipamentos	**(18.691)**	(7.944)	44	-	**(26.591)**	(10.391)	19	-	**(36.963)**
Veículos	**(1.242)**	(429)	842	-	**(829)**	(534)	153	-	**(1.210)**
Aeronaves	**(487)**	(233)	-	-	**(720)**	(250)	-	-	**(970)**
	(33.717)	**(14.711)**	**886**	**-**	**(47.542)**	**(20.187)**	**172**	**-**	**(67.557)**

Saldo líquido	**01/01/2024**	**2024**	**2025**
Edifícios	**31.085**	**98.433**	**99.935**
Móveis e utensílios	**660**	**910**	**1.124**
Equipamentos diversos	**533**	**618**	**599**
Máquinas e equipamentos	**56.299**	**76.012**	**72.092**
Veículos	**1.466**	**2.033**	**1.422**
Obras em andamento	**75.204**	**11.525**	**15.343**
Aeronaves	**1.821**	**1.689**	**1.581**
	167.068	**191.220**	**192.096**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a administração não encontrou a necessidade de realização do teste sobre valor recuperável do ativo, uma vez que não foram identificados indicadores de risco.

b. Obras em andamento

No exercício de 2025, ocorreram investimentos de aumentos e melhorias de infraestrutura (entre estes, construção de galpões de armazenagem e usina fotovoltaica) nas unidades industriais de Registro – SP, Rio Brilhante – MS e Guará – SP.

Foram capitalizados ao saldo de obras em andamento, os juros de empréstimos, conforme CPC 20 – custos de empréstimos, o montante de R$ 2.490 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 11.508 em 31 de dezembro de 2024).

O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2025 refere-se, substancialmente, a modernização, melhorias operacionais e de infraestrutura nas unidades industriais da Companhia.

c. Fluxo de caixa

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R$ 21.498 (R$ 39.380 em 31 de dezembro de 2024). Pagamentos em caixa de R$ 20.839 (R$ 37.852 em 31 de dezembro de 2024) foram feitos para aquisição de imobilizado e R$ 659 (R$ 1.528 em 31 de dezembro de 2024) foram adquiridos utilizando-se recursos de empréstimos e financiamentos.

11 Direito de uso de ativo e passivo de arrendamentos

Direito de uso	**2025**	**2024**
Saldo inicial	**42.770**	**88.278**
Adições	126	44.088
Baixas (i)	-	(87.476)
Depreciação	(2.658)	(2.120)
Saldo final	**40.238**	**42.770**

Passivo de arrendamento	**2025**	**2024**
Saldo inicial	**44.302**	**88.853**
Adições	126	44.088
Baixas (i)	-	(87.451)
Juros de arrendamento	5.890	1.747
Baixa por pagamento	(7.380)	(2.935)
Saldo final	**42.938**	**44.302**
Passivo circulante	1.297	2.501
Passivo não circulante	41.641	41.801

(i) Em 2024, houve o cancelamento do primeiro contrato de locação com a empresa Hinove Fertilizantes Especiais Ltda. (empresa pertencente ao grupo, por possuírem controle comum do acionista controlador da Companhia), referente edificação da unidade de Guará/SP, sendo constituído um novo contrato, firmado naquele mesmo ano, com condições e características diferentes do primeiro.

Os direitos de uso de ativos, compostos por edificações, referem-se ao contrato de locação com a empresa Hinove Fertilizantes Especiais Ltda. ((empresa pertencente ao grupo, por possuírem controle comum do acionista controlador da Companhia), ao qual está sendo depreciado no prazo de 25 anos (tempo do contrato), à taxa média de 4% a.a. Em contrapartida, o passivo correspondente é amortizado por meio de liquidação das parcelas mensais e atualizado à 1,15% ao mês. Valor do ativo foi atualizado ao valor presente conforme CPC 06. O contrato teve início em outubro de 2024.

Os saldos contábeis estimados de arrendamentos a pagar, tem a seguinte composição de vencimento:

	2025	**2024**
2025	-	2.315
2026	1.319	432
2027	336	282
2028	333	323
2029	371	371
2030	425	425
2031	488	488
2032	560	560
2033	642	642
2034	736	736
2035	845	845
2036	969	969
2037	1.111	1.111
2038	1.275	1.275
2039	1.463	1.463
2040	1.678	1.678
2041	1.924	1.924
2042	2.207	2.207
2043	2.532	2.532
2044	2.905	2.905
2045	3.332	3.332
2046	3.822	3.822
2047	4.384	4.384
2048	5.029	5.029
2049	4.252	4.252
	42.938	**44.302**

12 Fornecedores

	2025	**2024**
Fornecedores no país	38.799	29.837
Fornecedores no exterior	10.249	15.505
	49.048	**45.342**

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se substancialmente à compra de matéria-prima, fretes referentes à compra de matéria-prima e serviços prestados por pessoa jurídica.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 21.

13 Empréstimos e financiamentos, FIDC e Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13.1)	225.068	223.459
(-) Custos transação a apropriar empréstimos	(1.291)	(2.304)
Empréstimos e financiamentos FIDC (nota explicativa nº 13.2)	92.265	47.303
(-) Juros passivos a transcorrer FIDC	(5.127)	-
Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA (nota explicativa nº 13.3)	108.593	68.669
(-) Custos transação a apropriar CRA	(1.765)	(973)
Total	**417.743**	**336.154**
Circulante	**286.881**	**166.022**
Não circulante	**130.862**	**170.132**

13.1 Empréstimos e financiamentos

a. Composição dos contratos

Modalidade	Moeda	Ano de vencimento	% - Taxa de juros (a.m.) (i)	2025	2024
Moeda nacional:					
Capital de giro	R$	2025-29	1,50%	158.826	194.629
BB FCO	R$	2025-27	0,97%	3.103	5.604
FGI BNDES	R$	2025	1,15%	-	698
Consórcios	R$	2025-35	0,91%	1.683	4.655
(-) Custos transação a apropriar empréstimos				(1.291)	(2.304)
Moeda estrangeira:					
Capital de giro	USD	2025	0,69%	61.456	17.873
				223.777	**221.155**
Circulante				159.504	91.678
Não circulante				64.273	129.477

(i) Taxa de juros média com CDI, considerando todos os contratos dentro dessa mesma modalidade.

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por terrenos e edificações, contas a receber e aval dos acionistas da Companhia.

A Companhia detém empréstimo bancário no montante de R$ 51.967 junto ao Banco do Brasil em 31 de dezembro de 2025 (R$ 72.042 em 31 de dezembro de 2024). Estes contratos contêm cláusulas restritivas (*covenants)* que estabelecem regras na relação dívida líquida/EBITDA, que não pode exceder 3,0 vezes, pois tornam os empréstimos imediatamente vencidos caso essa relação seja ultrapassada. Adicionalmente, há outras cláusulas não financeiras que são monitoradas pela Administração.

No exercício de 2025 houve a captação de alguns empréstimos, com os principais objetivos de antecipação de pagamentos de aquisição de matéria prima e capital de giro da Companhia, CAPEX, liquidação e repactuação de dívidas de curto prazo.

b. Resumo da movimentação dos empréstimos e financiamentos

A tabela a seguir demonstra amortizações e captações durante o período:

	2025	2024
Saldo inicial	221.155	205.812
Captações de empréstimos e financiamentos	108.528	127.437
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(105.582)	(118.572)
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(34.170)	(25.253)
Provisão juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	32.951	32.419
(-) Custos transação a apropriar empréstimos	895	(688)
Saldo final	**223.777**	**221.155**

c. Prazo de vencimentos

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de empréstimos tem os vencimentos da seguinte forma:

Vencimento	**2025**
2026	160.331
2027	40.440
2028	20.359
2029	3.938
(-) Custos transação a apropriar empréstimos	(1.291)
	223.777

13.2 Empréstimos e financiamentos FIDC

Em 18 de outubro de 2022, foi celebrado entre Companhia e FERT – AGRO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FERT – AGRO FIDC") Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças sem Coobrigação ("Contrato"), sendo este repactuado em 8 de fevereiro de 2023 para inclusão das filiais da Companhia.

O FERT – AGRO FIDC é um fundo de investimento em direitos creditórios multicedente e multisacado, constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, sem taxa de ingresso, sem taxa de saída e sem taxa de performance. O objetivo do Fundo é a valorização de suas Cotas através da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de Direitos Creditórios conforme política de investimento estabelecido em seu regulamento.

Dessa forma, a partir do Contrato celebrado entre as partes, a Companhia passou a ceder seus direitos creditórios para o FERT – AGRO FIDC.

a. Saldo

	% - Taxa de juros (a.m.) (i)	2025	2024
Fert Agro Fundo de Investimento - FIDC	2,03%	92.265	47.303
(-) Juros passivos a transcorrer FIDC		(5.127)	-
		87.138	**47.303**

(i) Taxa de juros média com CDI.

b. Movimentação

	2025	2024
Saldo no início do exercício	**47.303**	**28.077**
(+) Adição de principal	756.511	499.557
(+) Adição de juros	38.941	19.606
(-) Amortização principal	(750.490)	(500.507)
(-) Juros passivos a transcorrer FIDC	(5.127)	570
Saldo no final do exercício	**87.138**	**47.303**

c. Prazo de vencimento

Vencimento	**2025**	**2024**
2025	-	47.303
2026	92.265	-
(-) Juros passivos a transcorrer FIDC	(5.127)	-
	87.138	**47.303**

13.3 Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA

a. Composição dos contratos

Modalidade	**Moeda**	**Ano de vencimento**	**% - Taxa de juros (a.a.)**	**2025**	**2024**
Moeda nacional:					
CRA – KINEA (i)	R$	2027	CDI + 4,25%	37.890	68.669
CRA – Santander (ii)	R$	2029	CDI + 4,20%	70.703	-
				108.593	68.669
Saldo circulante – antes do custo de transação				41.157	27.459
Saldo não circulante – antes do custo de transação				67.436	41.210
Total				108.593	68.669
(-) Custos transação a apropriar empréstimos				(1.765)	(973)
				106.828	**67.696**
Circulante				40.239	27.041
Não circulante				66.589	40.655

(i) O CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) é uma operação lastreada em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais e terceiros. Ele abrange financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização ou à industrialização de produtos agropecuários, entre outras atividades. Em maio de 2023, a Companhia realizou uma operação que teve como principal R$ 100.000, a uma taxa CDI+4,25% a.a, com 6 meses de carência, após isso PMT mensal de juros e principal. Essa operação teve como cedente a KINEA e securitizadora a ECOAGRO, foi utilizado como garantia Aval dos sócios, 5% do valor principal em recebíveis podendo ser convertidos em aplicação e (como Alienação Fiduciária de Imóvel) a planta da unidade de Guará.

(ii) Outra operação CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) captada em maio de 2025 de R$ 70.000 a uma taxa de CDI+ 4,20% a.a com 6 meses de carência após isso PMT mensal de juros e principal. Essa operação teve como cedente o Santander e Éxes capital e securitizadora a Éxes securitizadora, foi utilizado como garantia Aval dos sócios, 10% do valor principal em recebíveis podendo ser convertidos em aplicação e (como Alienação Fiduciária de Imóvel) 2 propriedades da pessoa física dos sócios.

a. Movimentação

	2025	2024
Saldo no início do exercício	**67.696**	**92.096**
(+) Adição de principal	85.000	**-**
(+) Adição de juros	16.473	12.007
(+) Custos transação apropriados CRA - apropriação	964	419
(-) Amortização principal	(45.779)	(24.819)
(-) Amortização juros	(15.770)	(12.007)
(-) Custos transação a apropriar CRA - adição	(1.757)	-
Saldo no final do exercício	**106.828**	**67.696**
Circulante	40.239	27.041
Não circulante	66.589	40.655

b. Prazo de vencimento

	2025	2024
2025	-	27.459
2026	41.861	31.354
2027	32.678	9.856
2028	22.703	-
2029	11.351	-
(-) Custos transação a apropriar empréstimos	(1.765)	(973)
	106.828	**67.696**

A operação Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 001/2027 (“CPR-F”) são garantidas por:

- Alienação fiduciária - dos imóveis representados pelas matrículas descritas na Escritura de Emissão (em conjunto, “Imóveis” e “Alienação Fiduciária de Bens Moveis e Imóvel”), conforme os termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e de Bens Moveis e direitos creditórios, celebrado em 28 de abril de 2023, entre as Partes (“Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, Contrato de Alienação de bens Moveis, Contrato de Cessão Fiduciária”).

- Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

  A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes da Emissão do CRA relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos na Escritura (“*covenants*” financeiros):

  - Índice de Alavancagem: Dívida Líquida/EBTIDA igual ou inferior a 2,3x do contrato Kinea e 3,5x referente o contrato do Santander para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e

3,0x para o exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026 e 2,5x para os demais exercícios;

- Índice de Liquidez Corrente: igual ou superior a 1,2x; e

- Índice de Solvência: Patrimônio Líquido / Total de Ativos igual ou superior a (1) 0,15x, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (2) 0,20x nos exercícios sociais encerrados a partir de 2024 (inclusive).

- Capex: Limitado a R$ 25.000 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, R$ 15.000 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026, caso o índice de alavancagem seja maior que 3x;

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atingiu os indicadores acima mencionados e solicitou anuência previa realizado através de assembleia, com aprovação determinando algumas limitações a partir de 2025. A Companhia decidiu manter classificados no passivo não circulante os valores das parcelas vincendas em função dos vencimentos originais no montante de R$ 67.436 (R$ 66.589 reduzido do custo de transação) em 31 de dezembro de 2025, pois obteve do Kinea e do Santander, em 09 de março de 2026 e 27 de março de 2026, respectivamente, a confirmação "*waiver*", antes da aprovação e emissão dessas demonstrações financeiras, de que os detentores do CRA não solicitariam a aceleração do vencimento da dívida.

14 Adiantamentos de clientes

	2025	2024
Adiantamentos de clientes nacionais (i)	13.184	8.213
Vendas simples faturamento (ii)	5.097	13.224
	18.281	**21.437**

(i) Recebimentos antecipados referente negociações de vendas de mercadorias.

(ii) Referem-se a vendas para entrega futura, que consiste a venda de mercadorias, sem que ocorra, no entanto, a entrega imediata desta mercadoria, ou seja, a venda é realizada, mas com a entrega efetiva da mercadoria em uma data posterior e o pagamento antecipado.

15 Provisão para processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está exposta a riscos de natureza tributária e previdenciárias, decorrentes de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seu julgamento, avalia a necessidade de constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir os riscos ligados a temas dessa natureza, quando a probabilidade de perda for considerada provável. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui causas trabalhistas provisionadas avaliadas como perda provável R$ 196 (zero em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui causas trabalhistas e cíveis avaliadas pelos consultores legais e pela Administração da Companhia com risco de perda possível, portanto, não provisionadas. O total das causas avaliadas como possível R$ 807 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 2.807 em 31 de dezembro de 2024).

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$ 18.894, e é representado por 6.705.340 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Todas as ações emitidas estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias e de recebimento de dividendos. O capital social pertence aos seguintes acionistas domiciliados no país:

	2025		2024	
	Quantidade de Ações	Valor	Quantidade de Ações	Valor
UpGreen Participações Ltda.	6.705.340	18.894	6.705.340	18.894
	6.705.340	**18.894**	**6.705.340**	**18.894**

b. Reserva de capital

Refere-se ao ágio na subscrição das ações da empresa UpGreen Participações Ltda..

c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Não foi constituída em 2025, pois o lucro absorveu prejuízos acumulados de anos anteriores.

d. Subvenção para investimentos

A luz do benefício fiscal de ICMS sob o Termo de Acordo nº 1190/2018, firmado entre a Companhia e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

A Companhia se compromete a cumprir todas as obrigações definidas na legislação tributária estadual, na Lei Complementar Estadual n° 93/2001, sua regulamentação e seus investimentos discriminados no termo.

Sendo assim, goza dos seguintes incentivos:

- Benefício fiscal equivalente a 67% (sessenta e sete por cento) do saldo devedor do ICMS, aplicável exclusivamente as operações realizadas com os produtos resultantes de sua própria industrialização neste Estado, que será deduzido o saldo devedor que tenha resultado como efetiva e regularmente devido;

- Um adicional de 13% (treze por cento) aplicável exclusivamente nas operações interestaduais, resultando num percentual de benefício de 80% (oitenta por cento).

Os reconhecimentos contábeis para ambos os benefícios fiscais, são realizados no resultado do exercício, na medida em que determinados critérios dos programas são cumpridos, conforme determinado pelo CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamental.

A subvenção para investimentos da Companhia refere-se ao crédito presumido/outorgado ICMS do Estado de Mato Grosso do Sul. Tal subvenção é deduzida na apuração de lucro líquido para cálculo da distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

Em virtude da discussão sobre a exclusão desses benefícios na apuração do IRPJ/CSLL, a qual perdurou até dezembro de 2023, a legislação pertinente exige que os incentivos fiscais sejam registrados em conta de reserva no patrimônio líquido da Companhia. Tais valores só poderão ser utilizados para absorção de prejuízos ou aumento de capital social, conforme estabelecido pelo Art. 30 da Lei n° 12.973/2014.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recompôs sua reserva de subvenção de investimentos no montante de R$ 3.618, que haviam sido utilizados em exercícios anteriores para compensação dos prejuízos acumulados, transferindo da lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos. O saldo ainda a recompor da reserva é de R$ 2.850 referente exercícios anteriores.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu estatuto social, mediante aprovação pelos seus acionistas. Conforme divulgado acima, na nota explicativa nº 16 d., em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recompôs sua reserva de subvenção de investimentos com o saldo remanescente dos lucros acumulados, diante disso, não houve distribuição de dividendos para o exercício.

17 Receita

A Companhia gera receita pela venda de fertilizantes especiais e insumos agrícolas. Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2025	**2024**
Receita bruta de vendas	1.133.033	845.110
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(32.794)	(20.803)
(-) Devoluções	(22.372)	(15.131)
	1.077.867	**809.176**

18 Custos e despesas

	2025	**2024**
Aquisição de mercadoria	(770.713)	(580.524)
Custos de produção	(9.838)	(18.121)
Fretes e carretos	(92.764)	(73.277)
Despesas com importação/exportação	(1.348)	(847)
Despesas com armazenagem	(2.020)	(1.404)
Despesa com pessoal	(43.124)	(32.606)
Comissões e vendas	(2.581)	(3.185)
Retirada pró-labore	(245)	(336)
Gastos com viagens	(3.315)	(2.863)
Combustível e lubrificante	(1.645)	(1.864)
Serviços prestados por terceiros	(10.664)	(9.989)
Despesas tributárias	(1.402)	(1.336)
Depreciação e amortização	(20.264)	(15.131)
Honorários advocatícios, contábeis e de auditoria	(608)	(444)
Aluguel não relacionado a arrendamentos	(3.048)	(3.863)

Doação	(44)	(101)
Propaganda, publicidade e patrocínios	(2.200)	(1.324)
Baixas de Perdas/Roubos	(69)	(256)
Despesas com aeronaves	(722)	(393)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	204	427
Outros	(4.615)	(5.519)
	971.025	**(752.956)**
Classificadas como:		
Custo das vendas e serviços	(828.760)	(632.773)
Despesa com vendas	(100.339)	(80.616)
Despesas gerais e administrativas	(42.130)	(39.994)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	204	427
	971.025	**(752.956)**

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: assistência médica, previdência privada, vale alimentação e combustível. Em 2025 os benefícios apresentados representaram a aplicação de R$ 6.703 (R$ 6.207 em 31 de dezembro de 2024).

19 Resultado financeiro

	2025	**2024**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.334	3.140
Derivativos - *Swap*	8.051	4.846
Juros ativos	480	1.420
Variação cambial ativa	13.765	5.692
Bonificações, recuperação de despesas e descontos	455	(55)
	24.085	**15.043**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	(96.676)	(59.606)
Derivativos - *Swap*	(12.162)	(4.266)
Despesas com empréstimos e financiamentos	(4.049)	(6.161)
IOF	(421)	(461)
Variação cambial passiva	(7.610)	(7.344)
	(120.918)	**(77.838)**
Resultado financeiro líquido	**(96.833)**	**(62.795)**

(i) No atual exercício, os juros sobre empréstimos estão maiores devido ao aumento de captações de empréstimos (incluindo o CRA) durante o exercício, para fins de aumento de giro, amortização de empréstimos, importações de matérias primas (principalmente da Bolívia, Uruguai e China).

20 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Imposto de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízo fiscal e base negativa	15.303	15.656	-	-	(353)	9.491
Variação cambial não realizada	-	1.130	(1.352)	-	(2.482)	1.652
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	69	-	-	(69)	84
Direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	(3.214)	(1.721)	(1.493)	(1.721)
Juros capitalizados e custo de transação de empréstimos	-	-	(8.261)	(7.873)	(388)	(7.873)
Outros	170	113	-	-	57	113
	15.473	**16.968**	**(12.827)**	**(9.594)**	**(4.728)**	**1.746**
Compensação (*)	(12.827)	(9.594)	12.827	9.594	-	-
Total líquido	**2.646**	**7.374**	**-**	**-**	**(4.728)**	**1.746**

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

a. Reconciliação da alíquota

O imposto de renda e a contribuição social calculados sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferidos estão assim demonstrados:

	2025	**2024**
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	10.697	(5.286)
Imposto calculado com base em alíquotas de 34%	(3.637)	1.797
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:		
Adições e exclusões permanentes:		
Variação cambial realizada	-	(1.130)
Outras adições permanentes	(1.891)	(272)
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	-	1.351
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(5.528)	1.746
Imposto de renda e contribuição social correntes	(800)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.728)	1.746
	(5.528)	1.746
Alíquota fiscal efetiva	52%	33%

21 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Controladora, conforme quadros abaixo:

a. Classificação contábil e valores justos

31 de dezembro de 2025	Mensuração a valor justo	Valor contábil	Valor justo
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	Nível 2	26.502	26.502
Ativos financeiros a custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	27.604	-
Partes relacionadas	Nível 2	1.090	-
Contas a receber de clientes	Nível 2	11.968	-
Outros ativos	Nível 2	1.983	-
		69.147	**26.502**
Passivos financeiros a custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	223.777	223.777
Empréstimos e financiamentos FIDC	Nível 2	87.138	87.138
Certificado de recebíveis do agronegócio – CRA	Nível 2	106.828	106.828
Passivo de arrendamentos	Nível 2	42.938	42.938
Fornecedores	Nível 2	49.048	49.048
Outras contas a pagar	Nível 2	3.291	3.291
		513.020	**513.020**

31 de dezembro de 2024	Mensuração a valor justo	Valor contábil	Valor justo
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	Nível 2	23.228	23.228
Ativos financeiros a custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	12.398	-
Partes relacionadas	Nível 2	1.082	-
Contas a receber de clientes	Nível 2	5.803	-
Outros ativos	Nível 2	2.812	-
		45.323	**23.228**
Passivos financeiros a custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	221.155	221.155
Empréstimos e financiamentos FIDC	Nível 2	47.303	47.303
Certificado de recebíveis do agronegócio – CRA	Nível 2	67.696	67.696
Passivo de arrendamentos	Nível 2	44.302	44.302
Fornecedores	Nível 2	45.342	45.342
Outras contas a pagar	Nível 2	2.478	2.478
		428.276	**428.276**

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e,
- Risco de mercado.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, possuindo essa prática como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A gestão de risco de crédito da Companhia é determinada pela política de crédito e pela política financeira e seus respectivos comitês.

A política de crédito determina quais os documentos e procedimentos o Comitê de Crédito deve seguir para determinar se o cliente que está sendo analisado tem, ou não, capacidade financeira de cumprir com as obrigações que querem contratar. Essa análise preliminar já evita futuros riscos com relação aos nossos recebíveis.

A política financeira determina as regras que o Comitê Financeiro seguirá com relação à gestão financeira da Companhia. Essa gestão tem por objetivo, além de outros, analisar e encontrar eventuais descasamentos que podem causar riscos à saúde financeira da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos substancialmente com bancos e instituições financeiras, que possuem rating entre AA- e AA+.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	27.604	12.398
Aplicações financeiras	26.502	23.228
Contas a receber de clientes	11.968	5.803
Partes relacionadas	1.090	1.082
	67.164	**42.511**

Perdas por redução do valor recuperável

As despesas (receita) com constituição (reversão) da provisão para perdas esperadas de crédito foram registradas na rubrica “Despesas gerais e Administrativas”, na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia possui estrutura de cobrança interna, tanto administrativa quanto judicial para os clientes inadimplentes. A provisão para devedores duvidosos (se houver) é calculada de acordo com a expectativa de perda, considerando-se os títulos enviados para cobrança judicial e que não possuem garantias cedidas à Companhia.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia provisiona os créditos duvidosos vencidos há mais de 360 dias.

Para os casos de clientes para os quais se constitui a provisão para perda de créditos esperadas, 100% do saldo é provisionado (títulos vencidos e a vencer). Em casos de clientes que possuem parcelamentos, o critério para constituição da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa reflete a provisão de 100% dos parcelamentos vencidos há mais de 90 dias. Para os clientes que constituem a provisão para perda de créditos esperadas de parcelamento, 100% do saldo é provisionado (faturas vencidas e a vencer). Além da análise da situação financeira de cada cliente, historicamente a Companhia não possui vencimentos a provisão realizada suporta os títulos vencidos e a vencer.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia opera com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	2025				
	Valor contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**2-3 anos**	**Mais de 3 anos**
Passivos					
Fornecedores	49.048	49.048	49.048	-	-
Empréstimos e financiamentos	223.777	223.777	159.504	39.976	24.297
Empréstimos e financiamentos FIDC	87.138	87.138	87.138	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA	106.828	106.828	40.942	31.832	34.054
Passivo de arrendamentos	42.938	42.938	1.319	669	40.950
Outras contas a pagar	3.291	3.291	3.291	-	-
Total passivo	**513.020**	**513.020**	**341.242**	**72.477**	**75.004**

	2024				
	Valor contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**2-3 anos**	**Mais de 3 anos**
Passivos					
Fornecedores	45.342	45.342	45.342	-	-
Empréstimos e financiamentos	221.155	248.025	92.986	127.336	833
Empréstimos e financiamentos FIDC	47.303	53.050	47.303	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA	67.696	75.921	27.459	40.237	-
Passivo de arrendamentos	44.302	49.685	2.315	3.029	41.273
Outras contas a pagar	2.478	2.478	2.478	-	-
Total passivo	**428.276**	**474.501**	**217.883**	**170.602**	**42.106**

(iii) Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e suas atividades estão sujeitas à regulamentações ambientais. Para tanto, riscos associados aos assuntos ambientais já estão sendo reduzidos por procedimentos operacionais e controles e investimento em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia preponderantemente decorrente de suas importações e da contratação de instrumentos financeiros.

A administração gerencia, analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão da contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo ou possam eventualmente gerar qualquer risco adicional.

	2025	2024
Derivativos – Swap (receita)	8.051	4.846
Derivativos – Swap (despesa)	(12.162)	(4.266)
Total derivativos	**(4.111)**	**580**

Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 compreendem operações em dólares norte-americanos, ligados à operação e amparados por contratos de financiamento de importação e exportação, e estão assim apresentados:

	2025	2024
Fornecedores no exterior (Nota explicativa nº 12)	(10.249)	(15.505)
Empréstimos e financiamentos (Nota explicativa nº 13.1)	(61.456)	(17.873)
Exposição líquida	**(71.705)**	**(33.378)**

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrerem em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreados em CDI, de forma que quaisquer resultados, oriundos da volatilidade desses indexadores, não incorram em nenhum impacto significativo.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia eram:

	Nota	2025	2024
Ativo financeiro			
Aplicações financeiras	4	26.502	23.228
		26.502	**23.228**
Passivo financeiro			
Empréstimos e financiamentos	13.1	(223.777)	(221.155)
Empréstimos e financiamentos FIDC	13.2	(87.138)	(47.303)
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	13.3	(106.828)	(67.696)
		(417.743)	**(336.154)**
Exposição total a taxa de juros		**(391.241)**	**(312.926)**

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável
Todos os contratos celebrados entre a Companhia e as instituições financeiras (Nota explicativa nº 04 e 13) contém taxas de juros pré-fixadas e apresentam variações de acordo com oscilações do mercado (CDI). Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

	Exposição 31/12/2025	**Risco**	**Provável**	
			%	**Valor**
Aplicações financeiras	26.502	CDI	13,43%	3.559
Total dos ativos financeiros	26.502			3.559
Empréstimos e financiamentos	(223.777)	CDI	13,43%	(30.053)
Empréstimos e financiamentos FIDC	(87.138)	CDI	13,43%	(11.703)
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	(106.828)	CDI	13,43%	(14.347)
Total dos passivos financeiros	(417.743)			(56.103)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				**(52.544)**

As informações da Selic foram extraídas do relatório Focus, todas essas com a data-base projetada para o próximo exercício.

22 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, devido ao forte crescimento dos negócios da Companhia, houve um incremento da relação dívida líquida sobre capital ajustado.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do período/exercício é apresentada a seguir:

	2025	**2024**
Gestão de capital		
Empréstimos e financiamentos, FIDC e CRA	417.743	336.154
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(27.604)	(12.398)
(-) Aplicações financeiras	(26.502)	(23.228)
(=) Dívida líquida (a)	**363.637**	**300.528**
Total do patrimônio líquido (b)	**24.972**	**17.803**
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	**15,83**	**16,88**

23 Compromissos futuros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contratos de venda futura de mercadorias. Dos contratos firmados para o exercício de 2026 já estão negociados 115 mil toneladas e 663 mil litros de mercadorias.

* * *

Renato Benatti
Diretor Presidente

Roberto Barretto Martins
Diretor Financeiro

Fernanda Nathalino
Contadora Responsável
CRC-1SP318237/O-3